



Proposta de Lei n.º 38/XV/1.<sup>a</sup>  
(Aprova o Orçamento de Estado para 2023)

Proposta de Aditamento

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido CHEGA apresenta a seguinte proposta de aditamento:

TÍTULO I

Disposições fiscais

CAPÍTULO VIII

Financiamento do Estado e gestão da dívida pública

Artigo 134.º-A

Atuação racional e sustentável na utilização da água

1. O Governo elabora o mapeamento nacional com a caracterização de águas provenientes de antigas captações desativadas ou de águas residuais tratadas em ETAR após desinfeção, para utilizações sem exigência de qualidade.
2. Após a recolha da informação mencionada no número que antecede, o Governo procede ao envio dos inerentes dados e informações às entidades públicas responsáveis por assegurar a gestão dos recursos hídricos e a exploração sustentável da água.

Nota justificativa:

De acordo com o Índice Falkenmark (Falkenmark Water Stress Indicator) verifica-se que a Península Ibérica está identificada com uma das zonas onde o stress hídrico e a escassez de água tendem a agravar-se, fruto de diversos fatores que concorrem para seu agravamento.



Há cerca de uma década, Aiguo Dai, professor do Departamento de Ciências Atmosféricas e Ambientais da University de Albany, no estado de Nova York, publicou um trabalho no qual indica que os registros históricos dos índices de precipitação, de fluxo de água e de seca mostram aridez crescente desde 1950 sobre muitas áreas terrestres. E ao comparar as projeções avançadas pelos modelos com a realidade observada, afirma: “Concluo que as mudanças observadas na aridez global até 2010 são consistentes com as predições dos modelos, os quais sugerem secas graves e disseminadas nos próximos 30 a 90 anos sobre muitas áreas terrestres, resultantes de menor precipitação e/ou maior evaporação”.

Exemplo do exposto é o que tem acontecido este ano, com as chuvas de poeira do deserto, provenientes do Norte de África, que têm atingido Portugal provocando, entre outros malefícios, reações no corpo humano, sendo que as populações mais suscetíveis, que padecem de problemas respiratórios são das mais atingidas por este fenómeno.

As soluções a adotar visando uma adequada gestão na utilização de água têm que obrigatoriamente incluir uma atuação racional e sustentável, que fomente a redução dos consumos de abastecimento, ao fornecer água proveniente de antigas captações desativadas ou de águas residuais tratadas em ETAR após desinfecção, para utilizações sem exigência de qualidade.

A implementação de projetos com estas perspectivas devem assentar em três vertentes distintas:

1. A vertente ambiental, ao promover o consumo racional da água, permitindo a proteção dos recursos hídricos;
2. A vertente de gestão, ao promover e maximizar a eficiência do sistema, permitindo uma melhor rentabilização dos recursos existentes;
3. A vertente de contingência, pois ao manter em funcionamento antigas captações, facilita a rápida ligação destas à rede de abastecimento em caso de emergência.

Para a sua implementação devem ser consideradas captações desativadas e ETAR's com tratamento de desinfecção instalado ou a ser instalado.

Como condição essencial para não se confundir com os hidrantes da rede de incêndio, deve-se usar a cor verde para os hidrantes dos Pontos Ecoágua e visivelmente sinalizados com a indicação de “Água Não Potável”.



Este projeto é dirigido a empresas, entidades municipais e associações que sejam grandes consumidores de água para utilizações não exigentes em termos de qualidade, como limpeza de coletores, lavagem de ruas, lavagem de contentores, combate a incêndios, rega, etc.; podendo desta forma evitar-se o uso de água para consumo humano para estes usos.

Pelo exposto, conclui-se que os próximos desafios na utilização racional da água em Portugal incluem o aproveitamento de fontes alternativas de água na gestão de espaços verdes, pela utilização de águas subterrâneas ou reutilização de água residuais tratadas para rega, sendo disso exemplo projetos para alguns parques urbanos, resultantes de parcerias de alguns municípios com as inerentes entidades gestoras dos sistemas públicos de distribuição de água e com as Agências Municipais de Energia e Ambiente, que aliam o uso eficiente da água à utilização de energias renováveis

São Bento, 11 de novembro de 2022

O Grupo Parlamentar do Partido CHEGA

André Ventura - Bruno Nunes – Diogo Pacheco de Amorim - Filipe Melo - Gabriel Mithá Ribeiro -  
Jorge Galveias - Pedro Frazão - Pedro Pessanha - Pedro Pinto - Rita Matias - Rui Afonso - Rui Paulo  
Sousa